

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO N.º DE 2009 (Do Sr. Deputado Mauro Nazif)

“Requer a realização de Audiência Pública para discussão do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda - PECFAZ”.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais ouvido o Plenário desta **Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público**, seja realizada Reunião de Audiência Pública, para discussão do **“Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda - PECFAZ.”**

Para esta Reunião serão convidados o Ministro da Fazenda, **Senhor Guido Mantega** e o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, **Senhor Paulo Bernardo Silva**.

JUSTIFICATIVA

Nesta Audiência Pública iremos discutir a situação dos servidores pertencentes ao Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda - PECFAZ, no tocante à aglutinação de cargos e sobre a tabela salarial prometida à categoria para 2010.

Ao final dos estudos realizados pelo Grupo de Trabalho instituído com a finalidade de estudar a criação dos novos cargos de NS- Nível Superior e de NI - Nível Intermediário que integrarão o novo Plano de Cargos- o PECFAZ, bem como, estudar a aglutinação dos atuais cargos existentes no quadro de pessoal do Ministério da Fazenda, que

culminou com a produção de um relatório com a posição firmada por cada parte envolvida aguardava-se a continuidade das negociações que foram frustradas pelo anúncio de rompimento das discussões com o governo.

No dia 31 de agosto de 2009, o governo ao enviar o PL 5918/09 demonstra não ter intenção em transpor para os cargos de Analista-Técnico Administrativo-NS e Assistente-Técnico Administrativo- NI os cargos existentes no Ministério da Fazenda pertencentes ao PECFAZ.

A proposta de transposição de 3.500 vagas para os novos cargos do PECFAZ se limitam ao quantitativo de recém habilitados em concurso público para o MF, deixando de citar os quase 22.000 servidores da Fazenda. A proposta foi encaminhada pelo governo, no art. 229 do citado projeto de lei.

Além disso, outro motivo para a realização esta audiência pública foi à interrupção das negociações gerais por parte do governo que atingiu o acordo com os servidores do PECFAZ que se encontram numa situação diferenciada das demais categorias, por terem assinado com o Ministério do Planejamento um termo de acordo aditivo em 2008, no qual o governo se compromete a estabelecer justa equiparação salarial entre os servidores do PECFAZ e os da categoria do Seguro Social, a partir de 2010, devido à criação da Receita Federal do Brasil (Lei nº 11.457/ 2007) em consequência da fusão das atividades previdenciárias às atividades tributárias já exercidas pelo Ministério da Fazenda, especificamente, pela nova Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Pelos motivos expostos que solicito a todos os pares dessa Comissão o apoio na aprovação este requerimento.

Sala das Comissões, em de 2009

Deputado **Mauro Nazif**
PSB/RO